

Sistematização da Rede de Educação Cidadã: uma história escrita por várias mãos

Equipe do Talher Nacional¹

De outubro de 2005, mês que simbolicamente marcou o momento no qual a equipe do Talher Nacional assumiu o desafio de desencadear um amplo processo de sistematização da Rede de Educação Cidadã, a final de outubro de 2006, prazo em que se concluiu a primeira parte do processo (a elaboração do relatório nacional que, mais tarde, seria transformado na publicação *Vamos lá Fazer o que será*) transcorreram exatamente 12 meses. Um tempo importante para olharmos pra nós mesmos e percebermos o que produzimos enquanto experiência social e política pública, orientados e orientadas por uma série de perguntas e questionamentos sobre a natureza da Rede, sua missão, papel e futuro.

Este texto tem o objetivo de retomar, descrevendo e organizando, o caminho feito pelos educadores e educadoras da Rede de Educação Cidadã² para sistematizar as experiências desenvolvidas em todo o país de 2003 a 2006, destacando as opções metodológicas, as concepções orientadoras e o envolvimento e participação dos atores na construção coletiva do processo vivido, que resultou na publicação *Vamos lá Fazer o que Será*, de 208 páginas, lançada em novembro de 2006, e no vídeo, de mesmo nome, com 30 minutos de duração, lançado em agosto de 2007.

1 - Antes uma contextualização...

A Rede de Educação Cidadã é uma experiência recente do ponto de vista histórico. Existe há apenas 4 anos. Surgiu ligada à Mobilização Social da Presidência da República com a missão de colaborar no desafio de superar a fome e a miséria. Desafio herdeiro das lutas históricas de Josué de Castro³ e Betinho⁴, recolocado pelo Programa Fome Zero, lançado no primeiro mandato do Governo Lula, 2003/2006.

¹ Equipe de 10 educadores(as) populares contratados(as) pela Assessoria Especial do Presidente da República: Ana Lúcia Gusmão, Ana Maria Placidino, Andréa Borges David, Carla Dozzi, Iracema Moura, João Ferreira Santiago, Lurdes Santin, Sandra Procópio, Selvino Heck, Vera Lúcia Lourido e Willian Bonfim.

² Trata-se de uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e principalmente das famílias em condições de vulnerabilidade social, promovendo diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação. (Cf. Planejamento Estratégico, janeiro de 2005). Essa ação foi desencadeada a partir de 2003 por Frei Betto, então Assessor Especial de Mobilização Social do Presidente da República, para mobilização social.

³ Médico pernambucano responsável por introduzir a idéia de que a fome, antes de ser um fenômeno natural, é um fenômeno social e político. Autor do livro *Geografia da Fome*, cuja primeira edição data de 1946.

⁴ Sociólogo e ativista dos direitos humanos, Herbert José de Souza, o Betinho como era mais conhecido, foi o criador, na década de 80, da *Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida*, movimento que mobilizou milhares de voluntários em todo o país em favor do desafio ético da superação da miséria e da fome dos pobres e excluídos.

⁴

À Rede de Educação Cidadã, conhecida também como 'Talhaer'⁵, coube no conjunto de ações articuladas pelo Programa Fome Zero a parte relativa à educação popular das famílias envolvidas nas políticas públicas emergenciais e estruturantes, para elevar o seu grau de organização popular e construir com elas a sua autonomia econômica, social, política e cultural.

Reside aí uma de suas novidades como ação de governo e política pública. É algo inédito no âmbito do Governo Federal e na recente história brasileira. É uma ação que se propõe, a partir do governo federal, mobilizar e organizar as famílias em processos participativos. Para isso, a estratégia utilizada foi a de organizar uma rede de movimentos sociais, entidades, organizações não governamentais, pastorais sociais e sindicatos, no sentido de, num curto prazo, garantir a capilaridade das ações e sua implantação em âmbito nacional.

É possível identificar as fases e saltos qualitativos da Rede de Educação Cidadã, desde a criação até hoje:

- a) Estruturação e organização – Hoje a Rede está presente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, articula mais de mil entidades, movimentos sociais, ongs, pastorais sociais. Conta com equipes organizadas em todos estes espaços e com trabalho voluntário de educadores(as) em todo país;
- b) Realização de um planejamento estratégico participativo, discutido e aprovado em janeiro de 2005, que estabeleceu a missão e as 3 linhas de ação: 1) a consolidação da Rede de Educação Cidadã; 2) democratização do acesso e controle social das políticas estruturantes de superação das situações de miséria e fome; e 3) Formação de educadores(as) populares e agentes multiplicadores(as);
- c) Elaboração do *Programa de Formação de Educadores(as) Populares e Nucleação de Famílias* (2005), cujo objetivo foi: “desenvolver com as famílias em vulnerabilidade social um processo sistemático de formação e organização, com as seguintes etapas: mapeamento – integração, estudo da realidade; aprofundando o conhecimento; e organização para a ação e criação de núcleos de ação popular;
- d) Retomada e aprofundamento, em âmbito nacional, do pensamento de Paulo Freire, com assessoria do Professor Antônio Gouvêa⁶, à luz das práticas e experiências desenvolvidas;
- e) Realização de um processo participativo de sistematização das experiências desenvolvidas pela Rede de Educação Cidadã (2005/2006);
- f) O horizonte político da Rede, inicialmente limitado as perspectivas de um Programa de Governo, o Fome Zero, transcendeu rumo à construção de um Projeto Popular para o Brasil (7º. Encontro Nacional – “*Construindo a Rede, Construindo o Brasil*” – nov. 2006). Durante o ano de 2007, a reflexão sobre a intencionalidade política desta Rede, nos identificou com um Projeto cujo avanço “significa construir condições objetivas e subjetivas para a necessária transição ao socialismo, sentido maior de nossa luta” (*Projeto Político*

⁵ Frei Betto, no lançamento do Programa Fome Zero, propôs uma série de palavras-símbolos (Mesa, Copo, Prato, Sal e Talher). Este último numa alusão aos instrumentos que ajudam a comer mas também palavra que tem a palavra 'taller' correspondente no espanhol cujo significado é: “oficina de formação”.

⁶ Professor da Universidade Federal de São Carlos, Campus de Sorocaba (SP).

Pedagógico da Rede de Educação Cidadã – PPP, 2007). O amplo processo de politização desencadeado pela Rede motivou uma prática de “educação popular crítica, onde a construção do poder popular dá-se em uma vivência libertadora do enfrentamento das estruturas e relações sociais opressoras” (*idem*). Tudo isso organizado na realização de um processo participativo de elaboração do *Projeto Político Pedagógico* da Rede de Educação Cidadã, documento que explicita em princípios e diretrizes o conjunto de opções político e pedagógicas da ação.

Essa Rede consolidada, embora com limites, conseguiu avançar na contribuição efetiva nas políticas de segurança alimentar e nutricional; no fortalecimento dos fóruns de economia solidária; no estímulo à criação de Conselhos de Segurança Alimentar e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social; na organização de associações e cooperativas de trabalho; em iniciativas de monitoramento e controle social do Bolsa Família e de outras políticas públicas; na criação de núcleos de educação popular com as famílias beneficiadas pelo Fome Zero e em condições de vulnerabilidade social; em iniciativas de trabalho com indígenas, quilombolas, catadores de material reciclável e movimento hip hop; em iniciativas de comunicação alternativa e com rádios comunitárias; em projetos de geração de trabalho e renda; na alfabetização e formação profissional; e no investimento em processos de formação sistemática (cf. a publicação *Vamos lá Fazer o que Será*, pg. 168).

2 – De onde surgiu a necessidade de sistematizar a experiência da Rede de Educação Cidadã?

A sistematização de experiências é algo já vivenciado, no Brasil, pelos movimentos sociais, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Esse processo também é fortemente vivido na América Latina. Mas no âmbito do governo federal brasileiro, a sistematização da Rede, junto a outros setores como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é algo inédito para dar visibilidade às experiências “ocultas”⁷ do governo federal.

Segundo Isabela Camini⁸, é a própria experiência que impõe a necessidade do registro e da sistematização. No caso da Rede não foi diferente: as experiências e o processo vivido, os diferentes momentos políticos e pedagógicos foram exigindo dos seus protagonistas a necessidade de, não apenas compreender a natureza desta ação que se constituiu na confluência de duas esferas distintas como o Estado e a Sociedade Civil, mas fazer uma leitura crítica, percebendo os limites, os avanços e também os aprendizados na perspectiva de futuro, especialmente uma experiência de âmbito nacional, desenvolvida por inúmeros atores sociais.

⁷ O professor Paul Singer cunhou a expressão “o lado oculto do governo” para designar inúmeras ações governamentais com pouca visibilidade na mídia e internamente ao próprio governo, mas que vêm desenvolvendo processos em nível local e portam grandes possibilidades, conforme o texto “Sistematização de Experiência: a construção do ‘Espaço Público Democrático’”, na pg 174 da publicação *Vamos lá fazer o que será*.

⁸ Membro do setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e coordenadora geral do ITERRA. Esta assessorou a equipe do Talher Nacional na construção da metodologia da sistematização.

Frei Betto⁹, Isabela Camini e Selvino Heck¹⁰ provocaram bastante a Rede de Educação Cidadã a viver esse processo.

Várias razões foram fortemente colocadas pela equipe do Talher Nacional para justificar a importância de sistematizar a experiência, conforme o relatório do estudo: *Sistematização das Experiências da Rede de Educação Cidadã*, de 10 a 11 de outubro de 2005:

- Há na Rede uma diversidade forte de experiências com jeitos e metodologias diferentes de organizar o povo;
- É necessário resgatar de onde vem a Rede, retomando sua memória histórica, percebendo os estágios de sua construção, as experiências regionais e como foi mudando a partir das mudanças de conjuntura;
- Educação popular a partir do Estado como algo inédito, mas também ambíguo;
- História da Rede: de onde viemos? Dualidade – Governo/Sociedade civil;
- A Rede tem criado autonomia ou dependência dos sujeitos?
- Sentido político da mobilização no decorrer da história (mudanças de conjuntura). Estamos mobilizando para quê? A serviço de qual projeto?
- Perceber a realidade complexa (fruto de um processo histórico) na conformação da Rede em cada Estado;
- Perceber qual o objetivo estratégico que orienta todo o trabalho;
- Necessidade de refletir sobre a experiência apontando para a perspectiva de futuro da Rede: para onde vamos?

Outro fator foi igualmente importante para fazer com que a Equipe do Talher Nacional assumisse este desafio. Para gestar os recursos do orçamento público destinados às ações da Rede de Educação Cidadã, foi necessário estabelecer um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹¹, uma vez que a Assessoria Especial do Presidente da República, como órgão apenas de assessoramento ao presidente não executa orçamento próprio. A organização não governamental, após acordo com Frei Betto, então Assessor Especial de Mobilização Social do Presidente da República, que topou o desafio de ser co-gestora destes recursos foi o Instituto Paulo Freire, com sede em São Paulo. Além deste arranjo político para repasse dos recursos aos estados, foi necessário encontrar entidades âncoras locais que assumissem com os coletivos estaduais a tarefa de resguardar contabilmente a gestão do recurso.

Do ponto de vista da produção de registro das ações, existem os instrumentos exigidos pelo próprio convênio com MDS: relatórios pedagógicos das oficinas e encontros, listas de presença, fotografias, etc. Contudo, todo esse registro feito sistematicamente pelos estados, em razão de uma opção da Equipe do Talher Nacional¹², foi sendo centralizado na sede do Instituto Paulo Freire em São Paulo e não no Secretariado Nacional do Talher Nacional, em Brasília, por razões de falta de espaço e de falta de pessoal para organizar o arquivamento do material. Embora o acervo seja de acesso público, a Equipe Nacional de Educadores, responsável politicamente pela ação, ficou limitada quanto à devolutiva, aos estados, dos

⁹ Ex-assessor especial da Presidência da República, idealizou e consolidou a Assessoria Especial de Mobilização Social e Educação Popular da Presidência da República, Frei Betto é frade dominicano e escritor.

¹⁰ Selvino Heck, membro do Talher Nacional de 2003 a 2004, substituiu Frei Betto como Assessor Especial do Presidente a partir de 2005.

¹¹ O MDS coordena o maior número de ações do Programa Fome Zero, entre eles o Programa Bolsa Família que atinge cerca de 11 milhões de famílias brasileiras.

¹² Equipe de 10 educadores(as) populares contratados(as) pela Assessoria Especial do Presidente da República.

relatórios pedagógicos mensais elaborados pelas equipes estaduais, tendo como conseqüência o papel burocrático exercido por estes relatórios, enquanto exigência para prestação de contas do referido convênio

A relação entre o Talher Nacional, equipe governamental, e o Instituto Paulo Freire sempre foi tensionada em razão de conflitos quanto à compreensão e práticas da educação popular, de opções metodológicas e políticas. Isto foi responsável, num primeiro momento, por colocar aos educadores(as) do Talher Nacional a necessidade de se apropriar mais do conjunto de informações produzidas. Conforme relatório do estudo: *Sistematização das Experiências da Rede de Educação Cidadã*, de 10 a 11 de outubro 2005:

“A necessidade de sistematização surgiu a partir da provocação feita pelo Instituto Paulo Freire (IPF), chegando a propor para o grupo uma maior intervenção na proposta pedagógica. Diante de tal proposta, o grupo sentiu-se desafiado a ser sujeito da própria história e assumir a sistematização pedagógica da experiência. Também foi lembrado que esta é uma necessidade que o grupo apresenta de fazer o registro a partir da experiência que foi construída, uma vez que outros relatos poderão ser feitos por outros grupos que não necessariamente participaram da experiência e que têm concepções diferentes sobre o processo de sistematização”.

3 – Uma primeira preparação e opções metodológicas

Feita a opção de assumir desencadear o processo de sistematização da experiência da Rede de Educação Cidadã, o primeiro passo foi a realização de um estudo e aprofundamento, com a equipe de 10 de educadores(as) do Talher Nacional sobre as diferentes concepções e a metodologia de sistematização. O estudo foi coordenado por Isabela Camini, nos dias 10 e 11 de outubro de 2005, em São Paulo. Neste encontro, à luz do livro *Para Sistematizar Experiências*, de Oscar Jara Holliday e das experiências da própria assessora, o grupo conseguiu aprofundar teoricamente as concepções, delimitar que aspectos da Rede seriam sistematizados, definir o foco e as categorias teóricas, destacar um grupo menor para coordenar todo processo e fazer um planejamento com prazos e responsabilidades coletivas.

Desta forma a equipe assumiu viver e experimentar todos os passos da sistematização, propostos por Jara, uma vez que possuía as exigências iniciais do ponto de partida: ter participado da experiência e ter o seu registro. Foram feitas as perguntas iniciais: Para quê? Que experiências sistematizar? Que aspectos centrais da experiência interessa sistematizar? Também foi assumido o desafio de fazer a recuperação do processo vivido, ordenando e classificando as informações e, por fim, o desafio de viver o momento analítico, fazendo a pergunta de fundo: por que aconteceu o que aconteceu? Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo. Formular as conclusões e comunicar a aprendizagem.

Foram assumidos como objetivos deste processo de sistematização: “registrar a experiência da educação popular no âmbito de um governo democrático/popular; analisando como ela se dá atualmente e extraíndo seus aprendizados; socializar estas experiências com outros grupos; qualificar a prática em todos os níveis da Rede; e refletir sobre questões de fundo para o seu trabalho”. Uma idéia forte foi o entendimento de sistematização como processo e não como produto.

Este encontro foi importante para definir, sobretudo a concepção de metodologia adotada pela equipe. Procurou-se assegurar, neste processo, o pressuposto de que quem sistematiza é quem viveu a experiência e não um observador de fora, alheio a ela. Um processo de sistematização pensado nesta ótica precisa assegurar uma metodologia que permita ao povo escrever a sua própria história, inclusive para mudar o paradigma de que a história só é escrita

pelos “vencedores”, sob a ótica dos “grandes”. Esta postura foi adotada também em coerência com os princípios da Educação Popular.

Adotou-se a compreensão de sistematização expressa por Oscar Jara, que a entende como: “reconstrução ordenada e reflexão da experiência; um processo produtor de conhecimentos; de conceituação da prática; e como um processo participativo”. E também o seu conceito, para quem sistematizar é: “apropriar-se da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido; interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir do seu ordenamento e reconstrução, descobre e explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo” (1996, pg. 29).

É importante registrar que este processo de sistematização desencadeou vários níveis de aprofundamento na Rede de Educação Cidadã, que permitiram compreender categorias teóricas relacionadas ao processo vivido. O grande foco nacional que buscou dar unidade à sistematização foi: “mobilização social e educação popular a partir do governo Lula”. Foram eleitas algumas categorias teóricas importantes para serem aprofundadas no processo de sistematização: Educação Popular, cidadania, rede, Estado/sociedade, classes sociais, mobilização social e democracia. Por uma questão de limite, optou-se por aprofundar apenas três categorias: Estado, Educação Popular e Mobilização Social, por entender, naquele momento, que elas são as mais importantes para compreender a própria Rede.

3 – Desdobramento nos Estados e Regiões

Assumida a participação como um princípio fundamental do processo de sistematização, foi necessário também pensar os passos de como tornar os diferentes atores, em todas as esferas, protagonistas no processo. Para isso, desencadou-se um amplo processo de capacitação de educadores(as), com desdobramento, num primeiro momento, para as cinco macrorregiões brasileiras, realizado entre novembro e dezembro de 2005, nas datas a seguir:

Região Norte – Estados: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. De 01 a 04 de dezembro de 2005.

Região Centro-Oeste – Estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. De 12 a 16 de dezembro de 2005.

Regiões Sul e Sudeste – Estados: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. De 12 a 14 de dezembro de 2005.

Região Nordeste - Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe. De 14 a 18/12 de dezembro de 2005.

Com participação de cerca de 2 representantes por Estado, os encontros tiveram como objetivo comum: sensibilizar os estados para a importância de registrar a história; apresentar a concepção político/pedagógica da sistematização que queremos; apreender os passos (roteiro); e definir um cronograma de trabalho.

Foram elencados uma série de recursos que poderiam ser usados, de acordo com cada realidade, como a poesia de Bertold Brecht, “Quem Faz a História”, e o filme brasileiro “Narradores de Javé” (Eliane Café, 2003), como recursos metodológicos nas oficinas de capacitação. Nas oficinas, partiu-se de uma proposta metodológica comum que buscou valorizar os conhecimentos prévios que os(as) educadores(as) já tinham sobre sistematização.

Sem perder de vista o foco nacional, cada macrorregião brasileira definiu um foco orientador do processo de sistematização para dar um eixo comum aos estados que a compõem, como segue: Região Norte – Foco: Organização Popular tendo em vista o modelo de desenvolvimento sustentável (social, econômico e cultural) para a inclusão dos povos da floresta; Região Nordeste – Foco: Nucleação de famílias e educadores(as) na perspectiva da Educação Popular; Região Sul – Foco: Educação Popular e Mobilização Social para a organização popular e conscientização; Região Sudeste – Foco: Formação de lideranças no campo e na cidade para o acesso aos direitos; e Região Centro-Oeste – Foco: Desafios da organização popular no enfrentamento do modelo de desenvolvimento da região.

Cada Estado elaborou categorias relacionadas à sua prática, ao processo vivido e que fossem importantes para a compreensão da realidade local: fome, questão urbana, territorialização, exclusão, desenvolvimento sustentável, educação popular, mobilização social, desenraizamento, economia solidária, movimentos sociais, resistência popular, entre outras.

Após estas oficinas macrorregionais, os educadores(as) capacitados(as) desenvolveram oficinas com os educadores dos seus estados de origem, na perspectiva de multiplicação do conteúdo e de planejamento do processo em cada localidade, a partir de um planejamento regional e nacional, já estabelecidos. Cada Estado teve um prazo inicial de cerca de 4 meses, ou seja, de janeiro a abril de 2006, para fazer o processo de repasse, o planejamento e a sistematização das experiências locais, tendo em vista o passo seguinte que seria reunir a produção de todos os estados, em cada região, e organizar um relato por região. Neste primeiro momento, os estados não tiveram limites de página para sua sistematização.

Já nestas oficinas as primeiras dificuldades começaram a aparecer: falta de recursos financeiros; de experiência em sistematização; de sua compreensão como algo inerente à educação popular; ausência da cultura da sistematização e da escrita; falta de registro e relatórios das experiências; agendas apertadas e tempo para o entendimento da metodologia e apropriação das tarefas da sistematização. De todo modo, cada Estado e região, a partir de um planejamento comum, foi desenhando o seu sumário, contendo os elementos e experiências a serem sistematizados.

Embora tenham se orientado pela mesma metodologia, cada região foi fazendo as suas opções. A descrição de como o processo aconteceu na Região Sudeste ajuda a compreender como foi se dando o processo nas regiões:

“O processo iniciou-se em dezembro de 2005, com a Oficina de Sistematização da Região, quando se estabeleceu o foco. Um representante de cada estado retornou para sua equipe, para repasse das orientações. Esse repasse ocorreu em forma de oficinas em São Paulo e Minas Gerais e de reuniões no Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Cada equipe estadual elaborou as categorias, traçou os objetivos, dividindo-se as tarefas de acordo com o ritmo da programação de cada estado. Passou-se, então, à coleta de material. Esse processo também observava a programação de cada equipe e a metodologia utilizada, como: pesquisa documental e de fontes bibliográficas; filmagens e fotografias, entrevistas e oficinas com os parceiros. As equipes também buscaram subsídios nas reflexões e debates produzidos nos encontros estaduais e regional.

Buscou-se realizar uma metodologia participativa, por meio da construção coletiva dos critérios e princípios, à luz da Pedagogia Freirana/colegialidade, criticidade e ética). Em outros momentos, porém, notou-se que o processo foi mais demorado, devido à falta de socialização e de envolvimento da equipe toda, dificultando-se, assim, a sistematização do Estado.

Diante dessa experiência, destacam-se pontos relevantes para o processo de educação popular:

- a) Sistematizar a partir da realidade, do micro ao macro (processo indutivo), e do macro para o micro (processo dedutivo), buscando a superação dos problemas levantados;
- b) É fundamental a participação de todos em todo o processo de sistematização e a apropriação do conhecimento que gera a ação;
- c) Trabalhar o processo dialético de prática-teoria-prática.

O registro sistemático da história dos grupos possibilitou a descoberta de métodos narrativos e de observação da ação e da auto-leitura da realidade (a comunidade se vê e narra a própria história), despertando a consciência crítica e construindo e registrando a memória coletiva”.

4 – O desafio de sistematizar uma experiência nacional

Durante o processo, sentiu-se a necessidade de fazer um Encontro nacional, com um representante de cada Estado. Desta forma foi realizado, dias 22 e 23 de abril de 2006, em Brasília-DF, o 1º Encontro Nacional de Sistematização, com a participação de 1 educadora(a) responsável pela sistematização em cada Estado do país.

O objetivo deste encontro foi: “Perceber o que produzimos a partir da reflexão da sistematização que queremos e dos cronogramas pensados nas oficinas regionais/estaduais, identificando as dificuldades neste processo, tendo em vista um alinhamento geral das ações dentro de um re-planejamento das ações até o fim do ano”.

Foi feito neste encontro um grande painel onde cada Estado colocou o objetivo, as categorias, o sumário, o que foi feito, como foi feito e as dificuldades encontradas. Este grande painel, organizado por regiões e estados que a compõem, permitiu perceber o todo do conjunto da sistematização da Rede.

Alguns elementos apareceram com mais frequência e perpassaram toda a sistematização: a idéia da educação popular como ferramenta para fortalecer a organização popular; também foi grande a incidência dos processos de economia solidária.

Além de perceber o quadro geral dos estados, percebeu-se também o processo de sistematização em cada região, a partir dos painéis regionais. Cada região apresentou o objetivo, o objeto, o foco, as categorias, o sumário e as dificuldades. Problematizou-se, neste momento, após conhecer o todo, se há coerência entre o que foi pensado nos estados, nas regiões e pela equipe do Talher Nacional.

Este encontro foi importante para ajudar a perceber em qual fase da sistematização (ponto de partida, as perguntas iniciais, recuperação do processo vivido, a reflexão de fundo: por que aconteceu o que aconteceu, os pontos de chegada) os estados e regiões se encontravam naquele momento. Dos 27 estados, 4, naquele momento, estavam adiantados no processo de sistematização; 9 em fase intermediária e 13 nas etapas iniciais. Identificar isto permitiu um re-planejamento dos passos e prazos, acordados nacional e coletivamente.

Neste encontro, também foi composto um grupo de trabalho, com um(a) representante de cada região brasileira, responsável por coordenar o processo de sistematização.

Após este encontro nacional, e mesmo antes dele, as regiões foram, a partir dos relatórios estaduais, organizando um relatório da região, aí já com um limite de páginas para cada região. De modo geral, as regiões se reuniram 2 vezes para se debruçar sobre a sistematização e encaminhar seus relatórios. Feito isso, as regiões enviaram os seus relatórios à coordenação nacional, que foi compondo um relatório único de todo o país.

De 25 a 26 de agosto de 2006, realizou-se o 1º Encontro da Coordenação Nacional do Processo de Sistematização, composta pela equipe do Talher Nacional, por 1 representante de cada macrorregião brasileira e Selvino Heck, Assessor Especial do Presidente da República. O objetivo do encontro foi: “Analisar as experiências de sistematização à luz da construção dos estados/regiões e do referencial teórico (categorias nacionais) para a consolidação do relatório de Sistematização Nacional que, respeitando as diversidades regionais, consiga perceber os avanços, limites, aprendizados e desafios da experiência da Rede de Educação Cidadã/Talher Nacional”.

A esta altura do processo, havia um relato embrionário do que viria a ser o relatório nacional, com algumas regiões mais avançadas em relação à outras Nordeste, Sul e Sudeste já em fase final de consolidação de seus relatos. E as regiões Norte e Centro-Oeste ainda em andamento. Neste encontro, num grande exercício de escuta e paciência, que leu-se o que foi produzido nacionalmente em cada Estado/região e opinou-se com sugestões sobre cada um dos pontos num exercício de construção coletiva.

Foi também sendo identificado o que faltava do ponto de vista de informações, e se fazendo opções quanto ao que se queria no relato sobre o público-alvo e o número de páginas que cada região e os estados teriam no grande relatório final. Também foi feita uma revisão geral com o cuidado de traduzir o que se entendia por conceitos usados por todos e com a linguagem que, em alguns casos, vem carregada de preconceitos que vão sendo reproduzidos, sem se pensar muito sobre eles.

Quanto à linguagem, definiu-se que precisaria ser algo entre o “o coloquial e o formal. Objetiva, clara e direta; ter o cuidado de organizar um glossário com termos regionais; usar poesia para abrir ou terminar o texto; fotos ou gravuras; letras de músicas; evitar estrangeirismos no texto”.

Neste encontro teve-se uma idéia final do sumário nacional com seus vários capítulos. Foi necessário, em se tratando de um relato nacional, estabelecer uma estrutura comum, a partir da qual seria organizado o relato de cada região e das experiências antes de ser enviado à equipe de síntese, como segue:

Estrutura comum às 5 macrorregiões:	Estrutura comum às experiências:
<ul style="list-style-type: none"> • Contexto histórico, social, econômico e cultural da região • Processo de consolidação da Rede na Região • Processo de consolidação em cada Estado • Experiências (no máximo 2 por estado) • Limites, avanços e aprendizado por Região <p>Anexo – lista das organizações por estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contextualizar a experiência no tempo e no espaço • Explicitar a metodologia e os processos desencadeados • Percepção dos sujeitos • E garantir as falas (depoimentos) nas experiências. • Resultados/mudanças provocadas/impactos na realidade • Nível de articulação política • Pontos positivos/negativos <p>Sentido político (para quê?) Envolvimento real da Rede – como se deu/foi a contribuição?</p>

Dado esse passo, definiu-se o dia 30 de setembro de 2006 como o prazo final para o envio dos relatórios consolidados das macrorregiões. A partir deles seria consolidado o relatório nacional.

De 30 de outubro a 1º de novembro de 2006, realizou-se o 2º Encontro da Coordenação Nacional do Processo de Sistematização, composta pela equipe do Talher Nacional, por 1 representante de cada macrorregião brasileira e Selvino Heck. Desta vez com o desafio de: “consolidar a sistematização de experiências da Rede de Educação Cidadã/Talher encerrando seu relatório final com a análise dos avanços, limites e aprendizagens da prática político/pedagógica registrada, à luz dos eixos temáticos: metodologia, educação popular, sociedade civil e Estado”.

Este encontro marcou a tentativa de fazer o momento analítico buscando abstrair os limites, avanços e aprendizados da experiência. Neste encontro, foi feito um profundo mergulho e leitura sobre o material que se conseguiu produzir, com um olhar especial para a memória histórica da Rede e de como ela foi se consolidando em cada macrorregião e as experiências de nucleação com educadores(as) e famílias. Também olhou-se novamente o relato das experiências por temas e categorias.

Após olhar para a história e para as experiências foi feita a pergunta: “por que aconteceu o que aconteceu?”, que marcou o início do momento analítico do processo. E, numa dinâmica do “Carrossel”, buscou-se fazer uma análise crítica e coletiva da experiência, orientada pelas seguintes perguntas: a) Olhando para a história e experiências relatadas, quais os limites da Rede de Educação Cidadã nestes 4 anos? b) Olhando para a história e experiências relatadas, quais os avanços da Rede de Educação Cidadã nestes 4 anos? c) Olhando para a história e experiências relatadas, quais os aprendizados da Rede de Educação Cidadã nestes 4 anos?

Formaram-se, após a dinâmica do Carrossel, 3 sub-grupos, cada um com a responsabilidade de fazer uma síntese de um dos três aspectos: limites, avanços e aprendizados. A partir desta primeira síntese, buscou-se construir um texto único com um olhar de todo o grupo, incorporando também as contribuições vindas das regiões e da dinâmica. Houve, neste momento, o cuidado de não colocar leituras pessoais, mas de deixar que a própria experiência falasse. Ao olhar para a experiência e, numa primeira tentativa de analisá-las às luz das categorias, algumas questões ecoaram muito forte neste momento:

“Foi possível fazer educação popular a partir do governo Lula, na Rede de Educação Cidadã/Talher? Por quê? Nessa busca de caminhos para soluções de problemas estruturais de sociedades que necessitam de transformações profundas, como as latino-americanas e especificamente o Brasil, em que a educação popular pode ser útil? No seu processo histórico, a educação popular nasce e se caracteriza como uma educação alternativa à oficial; como ela se coloca no espaço das políticas de governo? Quais os limites e possibilidades de fazer um processo de educação popular a partir do Estado diante da sua intencionalidade mais profunda de transformação social? Qualquer atividade auto-intitulada de educação popular é suficiente para contribuir no processo histórico de transformação social? Por quê?”.

Buscou-se ainda ampliar o momento analítico deste trabalho a partir do olhar de educadores não vinculados organicamente à Rede mas que a acompanham em assessorias mais

pontuais em temas como Estado, metodologia da educação popular, economia solidária, como o Cláudio Nascimento¹³ e o Antônio Gouvêa.

5 – O processo participativo

Na avaliação do Encontro Nacional, realizado em abril de 2005, do qual participou uma pessoa de cada Estado responsável pela sistematização, foi inserida, entre outras, a pergunta: “Você está se sentindo sujeito neste processo de construção da sistematização da Rede? Explique?”, para a qual foram transcritas aleatoriamente algumas das respostas dos participantes:

“Sim. Há um processo sistemático de escuta, sem nada previamente definido; A participação está sendo efetiva com a exposição de todos das regiões, está contemplada; Sim. A experiência neste encontro foi muito positiva, porque foi respeitado e valorizado o momento de cada estado, bem como suas especificidades. Assim, favorece um sentimento de pertença; Sim. O processo está ocorrendo com base no respeito aos princípios de participação, coletividade e inclusão da diversidade cultural de nosso país e dos representantes dos estados. Todos somos sujeitos e não objetos do processo; a verdadeira sistematização compartilhada passa por cada pessoa e sinto-me protagonista deste processo, uma vez que contribuo com a construção desta história”.

O processo de participação no processo de sistematização da Rede como um todo, nos estados e regiões, conforme os relatos, não foi uniforme, embora tenha sido orientado por uma mesma metodologia e planejamento.

De um modo geral, as regiões relataram que o processo de sistematização foi coletivo e participativo, com divisões de tarefas entre as equipes, assegurando uma das opções feitas inicialmente. Na Região Sudeste, por exemplo, buscou-se, conforme descrito por eles, realizar uma metodologia participativa, por meio da construção coletiva de critérios e princípios, à luz da pedagogia freireana, da colegialidade, da criticidade e ética.

Algumas regiões, por outro lado, reconheceram que buscaram fazer um processo participativo, mas houve muitos limites internos, muitos ligados às dificuldades descritas acima, mas também às vezes decorrentes da pouca habilidade das lideranças, que assumem posturas centralizadoras, etc. Em alguns estados, foram constituídas equipes de sistematização e foram realizadas oficinas para ampliar mais a participação. Em outros, contudo, o processo ficou mais restrito a um grupo pequeno de educadores(as). É interessante observar que buscou-se a participação dos educadores(as) que foram pioneiros nesta experiência em todos os níveis.

Sobre este aspecto, vale ressaltar a avaliação feita por Cláudio Nascimento, sobretudo porque ele vem acompanhando outros processos de sistematização no âmbito do Governo Federal:

“(…) A experiência da Rede de Educação Cidadã – Talher é uma das principais, sendo, do ponto de vista da ‘sistematização’, possivelmente, a que foi mais concreta na perspectiva metodológica, perpassando por várias etapas que o método científico aponta como necessário para legitimar determinada ação” (Vamos lá fazer o que será, pg. 174).

¹³ Educador popular, membro da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal. É autor, entre outros, de *As lutas operárias autônomas e auto-gestionárias*.

6 - Os limites, avanços e aprendizados do processo de sistematização da Rede de Educação Cidadã

Ao contrário de toda a parte anterior deste texto, não se produziu uma visão coletiva sobre os limites, avanços e aprendizados do processo de sistematização. Portanto, vou buscar organizar algumas avaliações bem pessoais de cada um destes aspectos.

Quanto aos limites, destacaria dois: a) a capacidade de fazer a análise crítica e dar o salto analítico que requer o processo de sistematização. Ficou-se quase que apenas na descrição da experiência. Esta experiência está ainda a merecer um olhar mais profundo e fundamentado a partir das categorias teóricas levantadas e de outras também; As outras etapas foram bem desenvolvidas, mas não conseguiu-se dar esse salto qualitativo como exige o momento analítico; b) A devolução do processo aos educadores(as) e grupos envolvidos no processo também deixou a desejar. Em muitos casos a devolução limitou-se a um lançamento, à entrega da publicação, mas com pouco debate e aprofundamento. Há poucos exemplos, como é o caso de Manaus-AM, no qual os(as) educadores(as) estudaram e leram criticamente o relatório nacional, fazendo suas próprias leituras e críticas.

Um grande aprendizado feito por todos os participantes desse processo foi o fato de entender o que é, de fato, sistematização e o rigor metódico que o processo exige, sem ficar apenas repetindo a palavra como um chavão e saber qual o seu real significado. Também aprendeu-se que sistematização é algo inerente à educação popular crítica e que os(as) educadores(as) precisam deste método como ferramenta de permanente organização e reflexão sobre suas práticas, tendo em vista a produção de novos saberes. Aprendeu-se também que é possível, a partir de diferentes realidades, saberes e níveis de aprendizado, envolver as pessoas, educadores/educandos, num processo de sistematização.

Quanto aos avanços, destaca-se a capacidade de conseguir organizar a experiência, partindo das diferentes realidades, num país com as dimensões geográficas do Brasil e com uma multiplicidade de atores, metodologias e níveis, como a da Rede de Educação Cidadã. Pode-se avançar muito mais, na medida que se superar a visão fragmentada do conjunto da Rede. Conseguir superar as dificuldades que foram aparecendo durante todo o processo parece também ser um grande avanço. Isso significa, inclusive, superar os próprios estigmas que vão sendo colocados, sobretudo o de que educadores não capazes de contar uma história e de analisá-la criticamente;

Um outro grande avanço, a partir da experiência de sistematização, foi o de ter-se, após 4 anos de trabalho, a dimensão mais global de toda a experiência vivida, percebendo seus limites, mas também suas potencialidades como ferramenta de transformação social. Antes deste processo, falava-se da Rede sem ter exatamente a sua dimensão como prática social. Hoje, já se tem mais claro as suas capacidades, mas também seus limites. A sistematização deu visibilidade à Rede de Educação Cidadã e às suas práticas. E também a certeza de que, com todos os limites, que não são poucos, muito tem sido feito pelos educadores(as) populares, em todo o Brasil, neste tempo, que é curto.

Fontes consultadas:

Vamos lá fazer o que será: mobilização social e educação cidadã. 2ª edição/Rede de Educação Cidadã. Brasília-DF: Talher Nacional, 2006.

Holliday, Oscar Jará. Para sistematizar experiências. Editora Universitária – UFPA. Paraíba, 1996.

Relatório do Estudo de Sistematização das Experiências da Rede de Educação Cidadã – São Paulo-SP, 10 a 11 de outubro de 2005.

Relatório das Oficinas de Sistematização da Região Norte – Manaus-AM, 4 de dezembro de 2005.

Relatório do Encontro Nacional de Sistematização – Brasília-DF, 22 a 23 de abril de 2006.

Relatório da 1ª reunião da coordenação nacional da sistematização – Brasília-DF, 25 e 26 de agosto de 2006.

Relatório da 2ª reunião da coordenação nacional da sistematização – Brasília-DF, 31/10 a 1º de novembro de 2006.

Projeto Político pedagógico da Rede de Educação Cidadã – agosto de 2007.